

PROCEDIMENTO CONCURSAL DE INGRESSO PARA 50 POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DO INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I. P. E 8 POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DA DIREÇÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE CONSERVADOR DE REGISTOS.

Aviso de abertura n.º 11830-A/2023, publicado no Diário da República n.º 119/2023, II Série, 1.º Suplemento, de 21.06.2023.

ENUNCIADO PROVA DE CONHECIMENTOS
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Dia 21 de dezembro de 2023

PARTE I – 8 valores

1. Joaquim pretende contrair um empréstimo junto de uma instituição bancária. O Banco pretende ver garantido o crédito através de hipoteca voluntária. Joaquim apenas detém uma quota na herança indivisa de seu pai. A hipoteca pode ter por objeto aquela quota? (0,5 valores)

- a) Sim, sem qualquer condição.**
- b) Não.**
- c) Pode, desde que no título de constituição da hipoteca se identifiquem todos os bens que fazem parte do acervo hereditário.**
- d) Pode, se do acervo hereditário fizerem parte bens imóveis.**

2. António e Maria casaram, sem convenção antenupcial, em 1957, e tiveram 4 filhos, Laura, Bento, Ermelinda e Helena. António faleceu em 1975, sem ascendentes e com os referidos filhos. Maria faleceu em 1992, no estado de viúva de António, sem ascendentes e com os indicados filhos, todos vivos à data da abertura da sucessão. Diga quem são os herdeiros de António e de Maria. (1 valor)

- a) Herdeiros de António: os filhos;
Herdeiros de Maria: os filhos.
- b) Herdeiros de António: o cônjuge sobrevivente e os filhos;
Herdeiros de Maria: os filhos.
- c) Herdeiros de António: o cônjuge sobrevivente;
Herdeiros de Maria: os filhos.
- d) Herdeiros de António: o filho varão;
Herdeiros de Maria: os filhos.

3. Em Portugal, pelo vínculo de adoção, o adotado: (0,25 valores)

- a) Adquire a condição de filho dos adotantes.
- b) Adquire a condição de filho dos adotantes, mas não tem direitos sucessórios.
- c) Não adquire a condição de filho dos adotantes.
- d) Não adquire a condição de filho dos adotantes, mas é herdeiro legítimo, se não houver cônjuge sobrevivente, descendentes ou ascendentes vivos.

4. Ilda, residente no Funchal, e João, residente no Porto, têm dois filhos menores comuns e querem regular o exercício das responsabilidades parentais. Podem fazê-lo numa conservatória de registo civil? (0,25 valores)

- a) Sim, sem qualquer condição.
- b) Sim, mas só se forem casados um com o outro.
- c) Sim, se houver mútuo acordo sobre o exercício das responsabilidades parentais e sobre alimentos.
- d) Não. Só o podem fazer em tribunal.

5. Rosália, portuguesa, foi mãe há 21 dias de uma criança nascida em Portugal. É solteira e o pai do seu filho, que está no estrangeiro, não o quer reconhecer. Poderá Rosália declarar o nascimento com menção da filiação paterna? (0,5 valores)

- a) Sim, mediante identificação do pai.
- b) Sim, mediante declaração de duas testemunhas.
- c) Não, porque já decorram mais de 20 dias sobre a data do nascimento.

d) Não, dado ser necessária a intervenção do pai.

6. Jéssica, de nacionalidade venezuelana, e Pedro, de nacionalidade portuguesa, estão casados desde maio de 2015 e residem ambos em Aveiro. Poderá Jéssica obter a nacionalidade portuguesa por efeito do casamento? (0,5 valores)

a) Sim, por atribuição e mero efeito da lei.

b) Não, porque não reside em Portugal.

c) Não, por ter ascendência estrangeira.

d) Sim, por aquisição, se o declarar na constância do matrimónio.

7. O exercício de funções públicas pode ser acumulado com funções ou atividades privadas, quando: (0,5 valores)

a) Não sejam remuneradas.

b) Não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas, não carecendo de prévia autorização.

c) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis, mediante prévia autorização.

d) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, não carecendo de prévia autorização.

8. O desempenho das funções com equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos, consubstancia-se no: (0,5 valores)

a) Dever de informação.

b) Dever de isenção.

c) Dever de imparcialidade.

d) Dever de correção.

9. António e Berta, divorciados, pretendem constituir sociedade comercial por quotas, com entrada em dinheiro realizada por António e entrada em espécie (prédio rústico) realizada por Berta. O contrato de sociedade deve ser formalizado mediante: (0,5 valores)

a) Documento particular com reconhecimento presencial de assinaturas.

b) Escritura pública ou documento particular autenticado.

- c) Auto lavrado perante o conservador do registo comercial.
- d) Documento particular assinado por ambos os sócios.

10. A avaliação da entrada em espécie, a que se refere a questão anterior, deve ser feita através de: (0,5 valores)

- a) Acordo de ambos os sócios.
- b) Parecer dos gerentes ou dos administradores.
- c) Relatório do órgão de fiscalização, quando exista, ou do contabilista certificado.
- d) Relatório de Revisor Oficial de Contas sem interesses na sociedade.

11. Através de escritura pública realizada no dia 20 de janeiro de 2023, António, casado com Beatriz no regime imperativo da separação de bens, doa a Beatriz a fração autónoma destinada a habitação, de que é titular, reservando para si o usufruto, tendo Beatriz aceitado a doação no próprio ato. *Quid juris?* (0,5 valores)

- a) A escritura pública é nula.
- b) O negócio jurídico é nulo.
- c) A doação é válida, mas a reserva do usufruto é inválida.
- d) A doação é inválida, mas a reserva do usufruto é válida.

12. Rosa, titular do direito real de habitação sobre edifício de dois pisos com logradouro pretende hipotecar este direito a favor de Ricardo, para garantia de empréstimo, no valor de 10 000 euros. Poderá fazê-lo? (0,5 valores)

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Pode constituir a hipoteca por prazo inferior a dois anos.
- d) Pode constituir a hipoteca pelo prazo de duração do direito real de habitação.

13. Margarida, divorciada, é titular de duas frações autónomas contíguas do mesmo edifício, as quais, de acordo com o título constitutivo da propriedade horizontal, são destinadas a comércio. Pretendendo juntá-las, com alteração da finalidade para habitação, poderá fazê-lo sem o consentimento de todos os condóminos? (1 valor)

- a) Sim. Não precisa do consentimento dos demais condóminos.

- b)** Não. Precisa do acordo expresso de todos os condóminos.
- c)** Sim, desde que comprove a autorização obtida em assembleia de condóminos, aprovada por maioria dos votos representativos do capital investido.
- d)** Sim, desde que comunique a alteração ao administrador do condomínio no prazo de 10 dias.

14. Pedro, viúvo, proprietário de um prédio rústico composto por terreno apto para cultura com área superior à unidade de cultura fixada para a respetiva zona, pretende desanexar uma parcela de terreno desse prédio para constituição de logradouro de prédio urbano contíguo, de que é proprietário. Sabendo-se que, após a desanexação, o prédio rústico passará a ter uma área inferior à unidade de cultura, poderá Pedro proceder ao fracionamento pretendido? (1 valor)

- a)** Sim, desde que a área da parcela de terreno a desanexar seja igual ou superior à unidade de cultura.
- b)** Sim, desde que do fracionamento não resulte o encrave de qualquer das parcelas.
- c)** Sim, desde que obtenha o consentimento dos demais confinantes do prédio rústico.
- d)** Sim, porque a parcela a desanexar não se destina a cultura.

SECÇÃO EM LÍNGUA INGLESA (1 valor)

15. 51 years old Ana works in a Registry Office since 13 May 1998. Last year, in the interests of the service, Ana could not use all her vacation days. She requested 2 vacation days to be accumulated the following year, which was authorized.

This year, how many vacation days is Ana entitled to? (0,5 valores)

- a)** 29 vacation days.
- b)** 26 vacation days.
- c)** 24 vacation days.
- d)** 22 vacation days.

16. Ana did not work for a period of 10 days due to illness, duly documented.

What are the implications in terms of salary? (0,5 valores)

- a) 5 days reduction at 100% in the daily pay plus 5 days reduction at 10%.
- b) 3 days reduction at 100% in the daily pay plus 7 days reduction at 10%.
- c) No reduction.
- d) 3 days reduction at 100% in the daily pay plus 7 days reduction at 90%.

PARTE II

DESENVOLVIMENTO (11 valores)

Suponha a seguinte situação e de acordo com a mesma responda fundamentadamente indicando sempre as disposições normativas pertinentes.

O Senhor Pierre Fleurot, solteiro, maior, de nacionalidade francesa, faleceu no dia 20 de agosto de 2022, em Vilamoura, no Algarve, onde residia desde janeiro de 1999. Aí exercia a profissão de fotógrafo, em estúdio arrendado em meados do ano 2000, e aí mantinha, desde essa data, o seu núcleo de amigos mais chegado e o seu centro de interação social. Deslocava-se a Paris de dois em dois anos para resolver questões relacionadas com um apartamento que havia herdado dos seus pais, em 2016, e mantinha arrendado como fonte parcial de rendimento.

O falecido, não deixou ascendentes nem descendentes vivos, tendo como familiares mais próximos o seu irmão, Jean Fleurot, solteiro, maior, e dois sobrinhos, Camile e Marcel, filhos de uma irmã pré-falecida, ambos solteiros, maiores, todos residentes em Vilamoura há mais de 10 anos.

Do seu património, fazem parte um edifício destinado à habitação sito em Vilamoura, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 500, adquirido em 2002, um prédio misto, designado por “Quinta de Santo André”, sito em Moncarapacho, Olhão, adquirido em 2004, um apartamento em Paris, França, uma quota em sociedade comercial plural por quotas com sede em Almancil, matriculada sob o n.º XXXXXXXXXX, de que foi sócio fundador em 2003, e 30 000 euros em conta bancária aberta no Banco ... S.A., balcão de Almancil, no início de 2001.

O falecido fez testamento público, no dia 10 de maio de 2021, no Cartório Notarial de Loulé, sem qualquer declaração expressa, disposição ou referência à lei aplicável à sua sucessão ou à lei reguladora das disposições por morte, cujo conteúdo se cinge às seguintes deixas patrimoniais:

- Deixa à sobrinha Camile a nua-propriedade do edifício sito em Vilamoura, inscrito na matriz sob o artigo n.º 500, e ao sobrinho Marcel o respetivo usufruto pelo prazo de dez anos.

- Deixa a Manuel Fonseca, caseiro da Quinta de Santo André, casado com Maria Fonseca no regime português da separação de bens, ambos de nacionalidade portuguesa, a quantia de 20 000 euros, impondo ao seu irmão, Jean Fleurot, o cumprimento da deixa.

a) Qual a lei aplicável à sucessão? Fundamente de facto e de direito. (2 valores)

b) Indique se o testamento outorgado pelo autor da sucessão é formalmente válido, fazendo o devido enquadramento jurídico. (1,5 valores)

c) Qual a lei aplicável à admissibilidade e à validade material do testamento? Fundamente de facto e de direito. (1,5 valores)

d) Supondo que a lei aplicável à sucessão é a lei portuguesa, indique quem são os sucessíveis prioritários e a qualidade em que podem suceder. (1 valor)

e) A aceitação ou o repúdio da deixa testamentária a favor de Manuel Fonseca depende do consentimento do respetivo cônjuge? (1 valor)

f) Supondo que a deixa de quantia em dinheiro é aceite, qual o direito real de garantia que poderá ser mobilizado pelo beneficiário tendo em vista assegurar o seu cumprimento? (1 valor)

g) O usufruto é válido quanto ao título constitutivo e ao prazo fixado? Na hipótese afirmativa, o usufruto só se extingue pelo decurso do prazo ou poderá extinguir-se antes por outra razão? (1 valor)

h) A prova da qualidade de sucessor poderá ser efetuada através do Certificado Sucessório Europeu (CSE)? Na hipótese afirmativa, poderá o CSE emitido ser utilizado no Estado-Membro cujas autoridades o emitiram? (1 valor)

i) A quota social é transmissível por morte? (1 valor)